

Por Luzia Hirata (*)



O ano de 2020 foi um marco para o tema de sustentabilidade, especialmente no mercado financeiro. As três letras que traduzem os aspectos ambientais (A), sociais (S) e governança corporativa (G) tomaram conta dos debates e trouxeram luz a um assunto que não é necessariamente novo, mas que ganhou projeção em tempos de pandemia, juros baixos e de transformação no mercado de investimentos como um todo.

E justamente nesse período houve um crescimento significativo de fundos ASG, ou seja, fundos que, de alguma forma, consideram a incorporação desses aspectos nas suas estratégias e análises de investimentos. Somente no Brasil, estima-se que esses fundos captaram ao menos R\$2,5 bilhões em 2020, segundo levantamento realizado pela Morningstar a pedido da Capital Reset. E de acordo com esse mesmo levantamento, foram lançados 85 novos fundos ASG em 2020, contra apenas 6 novos fundos com essa característica em 2019. Alguns números podem parecer tímidos, mas nunca antes se observou tamanha evolução em tão pouco tempo.

Em nível global, essa tendência também se concretizou: o patrimônio líquido de fundos de ações ASG cresceu de US\$13 bilhões em 2018 para US\$85 bilhões no ano passado, tendo a Europa dominando os investimentos ASG, com 72% do total no mundo.

Entretanto, a definição de um fundo ASG ainda não é tão clara e transparente para a maioria dos investidores. E há motivos para isso. Não existem regras ou padrões que mostrem as distinções entre fundos não-ASG e fundos ASG. Um fundo ASG pode ter investimentos em setores como tabaco, armamentos ou carvão mineral? E como proceder quando ocorrem eventos críticos do ponto de vista social, ambiental ou de governança? Como se faz a seleção das companhias? Como

mensurar o impacto ambiental de diferentes setores, por exemplo, de uma mineração e de uma seguradora?

A alta demanda por esses fundos tem trazido muitos questionamentos desse tipo, o que leva a necessidade de discutir com mais profundidade dois aspectos importantes: as metodologias ASG e a comunicação entre investidas e investidores.

Metodologias específicas definem critérios e parâmetros ASG que serão utilizados na análise de companhias e na definição da estratégia de investimentos. Essas metodologias podem ser estabelecidas pelo próprio gestor/investidor ou podem ser conduzidas por terceiros, que fornecem serviços por meio de especialistas e bases de dados qualitativos e quantitativos. E é justamente a falta de padronização dessas metodologias que trazem questionamentos sobre a qualidade dos resultados obtidos nas análises.

Nesse universo, alguns stakeholders – agências de rating ASG, provedores de dados, certificadoras, analistas, associações e reguladores; e as próprias empresas, sejam listadas ou não listadas – discutem as formas mais adequadas de se definir critérios de padronização e de referências globais e locais para as análises ASG. E, embora não exista uma regra universal, países têm debatido a criação de taxonomias e regulações, com a Europa liderando essas discussões.

No Brasil, associações como Anbima e Abrapp têm publicado estudos e guias para orientação tanto de gestores quanto de EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar), tais como: Guia Prático para Integração ASG na Avaliação de Gestores, Guia para Elaboração de Relatório Anual de Sustentabilidade, Novo Código de Autorregulação em Governança de Investimentos, entre outros.

Outro ponto relevante é a comunicação clara entre investidas e investidores, principalmente nos aspectos que são mais importantes do ponto de vista ASG. Quando o investidor compreende quais são as suas principais demandas ASG e as comunica claramente às suas companhias investidas, estabelece-se um processo de diálogo e engajamento que é essencial para a evolução do desempenho em sustentabilidade para ambas as partes.

E entende-se que a melhoria no desempenho de companhias nos temas ASG afeta positivamente os investidores, especialmente as EFPC. Todo o debate sobre a aplicação de critérios ASG na análise de investimentos tem como base um conceito que está diretamente relacionado aos objetivos das EFPC: buscar pela perenidade e rentabilidade no longo prazo, minimizando impactos adversos nos negócios e mapeando riscos que possam afetar o futuro dos investimentos. Quando nos debruçamos sobre critérios que vão além dos financeiros, ou seja, os critérios ASG, procuramos identificar os riscos associados a esses parâmetros. Exemplos de riscos ASG que não podem ser menosprezados não faltam: riscos físicos relacionados às questões climáticas, os impactos sociais e econômicos da pandemia, eventos societários vinculados às questões de governança. Apenas para citar os riscos mais emergentes na conjuntura atual. Outros temas importantes são avaliados continuamente por especialistas, o World Economic Forum publica anualmente o relatório de riscos globais (The Global Risks Report), e os riscos associados a questões ambientais e sociais figuram entre os principais riscos, tanto em probabilidade de ocorrência quanto em gravidade do impacto causado.

A responsabilidade e o dever fiduciário passam também pela identificação dos principais riscos ASG e pela inclusão nas avaliações das empresas e nos processos de investimentos. É preciso levar em conta que esse é um processo em evolução, mas que certamente não terá caminho inverso. Cada vez mais o tema ASG estará na pauta de discussões.

E as discussões sobre esse tema não estarão focadas somente nos riscos associados. Há também oportunidades interessantes emergindo por conta desse debate. Setores que se movem para uma economia mais sustentável, tais como de energia renovável e de infraestrutura verde, tendem a ser valorizados. Companhias que possuem políticas de inclusão e diversidade destacam-se diante das demandas cada vez maiores da sociedade.

O alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que são 17 objetivos propostos pelas Nações Unidas e traduzidos na Agenda 2030 no Brasil, também podem trazer boas oportunidades de investimentos e retornos no longo prazo.

Entretanto, é preciso traduzir as boas intenções e teorias sobre os benefícios de se incorporar temas ASG às questões práticas. Na agenda do mercado de capitais e das EFPC, embora tenha-se observado um crescimento do interesse sobre o tema, bem como o aumento do patrimônio líquido e de fundos ASG, como mencionado anteriormente, ainda há um longo caminho a percorrer. Nesse aspecto, alguns pontos são importantes:

- É necessário ter uma agenda de regulação e autorregulação ASG alinhada e bem direcionada, que busque a evolução desse mercado e critérios cada vez mais rigorosos.
- Deve-se ter um comprometimento firme e sério por parte das companhias e investidores, evitando ações vazias que se traduzam no “greenwashing”, ou seja, na proposta superficial de incorporação dos critérios ASG sem realmente se comprometer com a evolução do seu desempenho.
- Deve-se ter muita transparência e clareza nos processos, com o objetivo de informar adequadamente o mercado (investidores, participantes, assistidos) sobre quais questões ASG estão sendo consideradas e quais são os critérios para tomada de decisão de investimentos.

A incorporação ASG é uma realidade que vem sendo desenhada há tempos e que se concretizou mais recentemente. Não há como escapar das atuais demandas da sociedade e das novas gerações, mais conectadas e preocupadas com o futuro do planeta. Para isso, nada melhor do que compreender esse novo cenário, se preparar e se adequar o quanto antes ao universo dos investimentos sustentáveis.

(*) **Luzia Hirata** é analista ASG da Santander Asset Management.

Fonte: Abrapp em Foco, em 04.03.2021